

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A instalação de culturas intensivas em S. Vicente do Pigeiro, no distrito de Évora, está a gerar grandes preocupações junto da população. A população está a ser confrontada com a proliferação de culturas intensivas a escassos metros da povoação, onde não são criadas ou respeitadas quaisquer faixas de proteção sanitárias, o que provoca incómodos com cheiros/odores intensos e repugnantes, com claros impactos na saúde e na qualidade de vida das populações, impedindo o simples gesto de abrir uma janela ou a porta das suas habitações. Sabendo-se, entre outros aspectos, que as culturas agrícolas associadas aos regimes de produção intensiva e superintensivo se caracterizam por exigirem a utilização intensa de fitofármacos, é natural que as populações fiquem preocupadas com os impactos na saúde, no ambiente e conseqüentemente na qualidade de vida.

Neste caso colocam-se preocupações acrescidas quanto à defesa da saúde das pessoas na medida em que as culturas confinam com habitações, a par de preocupações relativas à possibilidade de contaminação de aquíferos e do ar e à erosão dos solos a médio prazo. Esta situação não é nova nem é caso isolado, pelo contrário, ao longo do tempo tem-se verificado a expansão da área dedicada a culturas intensivas e superintensivas e têm-se sucedido situações semelhantes a esta que é referida em que tais culturas confinam com aglomerados populacionais ou mesmo zonas residenciais.

O PCP tem alertado sucessivamente o Governo para as preocupações que estas situações acarretam e apresentado soluções para que o problema seja resolvido por via do controlo e monitorização das culturas já existentes, bem como da definição de regras que evitem a expansão da área dedicada a culturas intensivas e superintensivas e da limitação quanto à sua instalação em zonas confinantes com aglomerados populacionais ou zonas residenciais.

Aliás, no âmbito da discussão do Orçamento do Estado para 2020 o PCP apresentou duas propostas destinadas a, por um lado, reforçar as verbas destinadas ao estudo e monitorização deste tipo de culturas e, por outro lado, fixar regras para que essa monitorização seja feita defendendo a saúde e qualidade de vida das populações e promovendo culturas agrícolas tradicionais em regime não intensivo, prevendo apoios com esse objectivo.

Independentemente do enquadramento dessas soluções, exige-se ao Governo que esclareça as condições em que aquelas culturas estão a ser instaladas em S. Vicente do Pigeiro e que

intervenha no sentido de assegurar às populações a sua saúde e a qualidade de vida a que têm direito.

Exige-se, em particular, a intervenção das entidades sob tutela do Governo com competência em matéria de agricultura e ambiente nesse sentido.

Com este enquadramento e ao abrigo das disposições legais e regimentais, solicita-se ao Governo que, por intermédio do Ministério da Agricultura, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1- Que intervenção tiveram as estruturas do Ministério da Agricultura no processo de instalação das referidas culturas em S. Vicente do Pigeiro?

2- Foi feito algum controlo ou estudo prévio por parte desse Ministério dos impactos das referidas culturas na saúde das populações e no ambiente, designadamente quanto à possibilidade de contaminação de aquíferos ou de erosão dos solos a prazo?

3- Como justifica o Governo que as referidas culturas sejam instaladas em condições de confiarem com habitações? Foi feito algum estudo ou consideradas algumas medidas para garantir que essa circunstância não ponha em causa a saúde dos respectivos moradores e restante população?

4- Que medidas tomou o Governo para assegurar o desenvolvimento da actividade agrícola naquelas condições sem que dela resultem prejuízos para a saúde das populações ou o ambiente?

Palácio de São Bento, 13 de julho de 2020

Deputado(a)s

VERA PRATA(PCP)

JOÃO DIAS(PCP)